





ESTADO DE RONDÔNIA

Assembléla Legislativa

28 JUL 2020

Protocoio. 791/20

Processo:

PROJETO DE LEI N. /2020 № 739/2

AUTOR: DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E O COMBATE AO FOGO NAS ESCOLAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E PARTICULARES DE ENSINO NO ESTADO DE RONDÔNIA E DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Artigo 1º - Todas as escolas estaduais, municipais e particulares, estabelecidas no Estado de Rondônia, adotarão políticas de prevenção de acidentes e combate ao fogo, que serão efetivamente aplicadas em suas dependências, com o objetivo de:

- I Identificar as áreas internas e externas que apresentem risco de acidentes, inclusive de incêndios e explosões;
- II Envolver a participação e o comprometimento de seus alunos, dirigentes, professores e demais trabalhadores;
- III Proceder ao levantamento e à efetiva implementação de medidas de segurança para reduzir ou neutralizar os riscos existentes;
- IV Orientar e conscientizar a comunidade escolar sobre os riscos encontrados, destacando a importância da adoção de medidas preventivas.
- § 1º Para os fins previstos nesta lei, as escolas deverão criar Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e, com o auxílio destas, elaborar o mapa de riscos, o plano de fuga e a estratégia do exercício anual de evacuação emergencial, que deverão ser expostos em locais de visibilidade os parfícios escolares.









PROTOCOLO		PROJETO DE LEI N/2020	N°		
AUTOR: DEPUTADO ISMAEL CRISPIN					

§ 2º – A elaboração do mapa de riscos, do plano de fuga e da estratégia de exercício anual de evacuação emergencial deverá ser supervisionada por representante do Corpo de Bombeiros, visando à orientação condizente com o número de pessoas que circulam em cada escola.

Artigo 2º – Serão realizados exercícios de simulação de emergência uma vez por ano, em todos os estabelecimentos escolares.

Artigo 3º – O descumprimento do disposto nesta lei acarretará aos responsáveis a aplicação de multa no valor correspondente a 10 (dez) salários mínimos, aplicada em dobro na hipótese de reincidência da conduta ilícita, além das demais penalidades administrativas e civis, de acordo com as normas técnicas, normas regulamentadoras laborais, regulamentos de prevenção de acidentes e de combate a incêndios, e demais preceitos aplicáveis a cada caso.

Parágrafo único – O montante recolhido a título de multas deverá ser aplicado nos programas de políticas públicas de prevenção a incêndio.

Artigo 4º - Em conformidade com a ulterior regulamentação desta lei, a Secretaria da Educação em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, tomarão as medidas cabíveis no sentido de suas execução e fiscalização.

Artigo 5º - As despesas resultantes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes, que poderão ser suplementadas oportunamente.

Artigo 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.







		<b>T</b>			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI N/2020	N°		
AUTOR: DEPUTADO ISMAEL CRISPIN					

Artigo 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das deliberações em, 21 de julho de 2020.

ISMAEL CRISPIN

Deputado Estadual - PSB









PROTOCOLO		PROJETO DE LEI N/2020	N°		
AUTOR: DEPUTADO ISMAEL CRISPIN					

**JUSTIFICATIVA** 

Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,

O presente projeto de lei está atento ao trágico episódio que ceifou a vida dos jovens jogadores do Flamengo, ocorrido no último dia 08 de fevereiro, onde restou demonstrada a importância da adoção de medidas que visem prevenir e instruir as pessoas em situações de iminente perigo.

Treinamentos periódicos para que as pessoas tenham orientação de como agir em situações emergenciais e a promoção de uma cultura positiva entre alunos e funcionários devem fazer parte da política de segurança nas escolas.

A proposição em exame pretende instituir, nas escolas da rede estadual, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs.

Por considerarmos que esta será uma ação essencialmente de transmissão de informação feita no ambiente escolar, não fizemos constar no projeto a previsão da cobertura orçamentária para execução da atividade a ser desenvolvida pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPAs a ser criada em cada instituição de ensino.

Pelas razões expostas propomos o presente Projeto de Lei, aguardando a apreciação, e posterior apoio e voto dos nobres parlamentares para defesa aos produtores rurais e aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações, 21 de julho de 2020.

ISMAEL CRISPIN

Deputado Estadual - PSB

